

Artigo

TRANSAÇÕES COMERCIAIS MERCANTIS: DESESTRUTURAÇÃO SOCIAL E O TRÁFICO NEGREIRO NO REINO DO CONGO NO INÍCIO DO SÉCULO XVI.

Por Lucenildo Souza Campos e Maria Gonçalves Campos

RESUMO

Este artigo propõe pesquisar o tráfico de escravos africanos entre o continente africano (Reino do Congo) e o Brasil. Para isso, a pesquisa focará os conceitos políticos e econômicos presentes na formação do Brasil. Conceitos de escravidão do período, a relação entre portugueses e congoleses e os relatos deste tráfico no início século XVI.

Palavras-chave: Tráfico de escravos, Escravidão, História do Brasil, História da África.

Formação do território brasileiro e o cenário político-econômico europeu

Para compreendermos melhor o tráfico de escravos entre o continente africano e o Brasil necessitamos, a priori, retomarmos qual o conceito em que a formação do Brasil se dá tanto no âmbito histórico quanto político-econômico.

O período abordado, fins do século XV e início do XVI, encontramos uma Europa que transita da Idade Média para a Idade Moderna. Devido a epidemia da “Peste Negra” que dizimou boa parte da população europeia, e ainda por encontrarem-se em uma crise econômica que assolava a sua

população levando-os a miséria. Os europeus se viram obrigados a se lançarem a novas empreitadas comerciais, com intuito de ampliar sua economia. De início procuravam ampliar suas rotas na Europa, mas acabaram ampliando para novos territórios fora de seu continente. É neste contexto que temos a chamada “expansão marítima europeia”.

A expansão marítima dos países da Europa, depois do séc. XV, expansão de que o descobrimento e colonização da América constituem o capítulo que particularmente nos interessa aqui, se origina de simples empresas comerciais levadas a efeito pelos navegadores daqueles países. Deriva do desenvolvimento do comércio continental europeu, que até o séc. XIV é quase unicamente

terrestre, e limitado, por via marítima, a uma mesquinha navegação costeira e de cabotagem, (PRADO JR. 1994. p. 9).

Portugal privilegiado pela sua posição geográfica se lançará ao oceano em sua empreitada mercantilista procurando empresas em que não encontrassem concorrentes mais antigos e já instalados [...] buscarão a costa ocidental da África, traficando aí com os mouros que dominavam as populações indígenas. Nesta avançada pelo oceano descobrirão as Ilhas (Cabo Verde, Madeira, Açores) e continuarão perlongando o continente negro para o sul. (Idem, p.10).

Inserido neste contexto é que se dá o “descobrimento” do Brasil, para o historiador Caio Prado Jr. a chamada época dos descobrimentos nada mais era do que a expansão da história do comércio europeu. “É sempre como traficantes que os vários povos da Europa abordarão cada uma daquelas empresas [...] Os portugueses traficarão na costa africana com marfim, ouro, escravos [...]”. (Idem, p.11).

Ao ocuparem o território que viria a ser o Brasil os portugueses necessitavam criar uma estrutura para dominarem sua conquista, um vasto território ermo, instituído como sertão.

O sertão não se define por características geográficas clássicas, muito menos pela intervenção da sociedade sobre a superfície, mas sim uma realidade simbólica: uma ideologia geográfica. Definir um lugar como sertão significa projetar uma valorização futura em moldes diferentes dos vigentes no mesmo momento dessa ação. O sertão é comumente concebido como um espaço de expansão, como objetivo de um movimento expansionista que busca incorporar aquele novo espaço, assim denominado, a fluxos

econômicos ou a uma órbita de poder que lhe escapa naquele momento. (Cf. MORAES, 2009).

Em meados do início do século XVI, os portugueses limitaram-se assentar poucas e frágeis bases em seu domínio, representadas por algumas feitorias, pequenos e dispersos, entrepostos de escambo e comercialização de pau-brasil. Mas no decorrer a Coroa Portuguesa devido a carência de colonizadores dispostos a ocupar o território, optou pela colonização semi-privada concedendo aos colonos o máximo possível de autonomia. Assim, os grandes empreendimentos agrário-mercantis serão latifúndios canavieiros e engenhos, esta também será a espinha dorsal da economia colonial e principais núcleos populacionais. (Cf. COSTA, 1988).

Portanto, a colonização do Novo Mundo

poria á disposição, em tratos imensos, territórios que só esperavam a iniciativa e o esforço do homem. É isto que estimulará a ocupação dos trópicos americanos. Mas trazendo este agudo interesse, o colono europeu não traria com ele a disposição de pôr-lhe a serviço, neste meio tão difícil e estranho, a energia do seu trabalho físico. Viria como dirigente da produção de gêneros de grande valor comercial, como empresário de um negócio rendoso; mas só a contra gosto como trabalhador. Outros trabalhariam para ele. (PRADO JR, 1994 p. 17).

Conceitos de escravidão presentes na África antes do início do século XVI

E é nesta condição que o europeu em sua expansão marítima e mercantilista, com vasto território conquistado, com ambições políticas, financeiras e pessoais. Com baixa população, pois esta fora devastada pela peste, em seu continente, decide pela opção da escravidão como maneira eficiente para atender a seus projetos e obter mão

de obra necessária. Em primeiro momento procura utilizar-se do indígena americano, entretanto, este por diversos fatores, culturais, sociais e estranhamento a rotina de trabalho, que lhe era estranha, recusa-se a tal situação de submissão.

Além de que uma característica da escravidão era a submissão de um estrangeiro, pois o mesmo seria um estranho aos costumes e a geografia de onde seria cativo. Neste caso, o indígena americano não estaria em território hostil, pelo contrário este seria senhor destes territórios conhecia todas as suas especificidades geográficas, tanto que no decorrer dos séculos o europeu só dominara esse território inóspito utilizando-se do conhecimento indígena.

E para resolver esse contra tempo, os colonizadores europeus decidem recorrer à escravidão do povo africano.

Deve-se aqui reinterar que o conceito de escravidão deste momento terá uma característica própria, que diferenciará da praticada pelas sociedades antigas e da que era conhecida e praticada no continente africano. Podemos dizer que

A escravidão era uma forma de exploração. Suas características específicas incluíam a ideia de que os escravos eram uma propriedade; que eles eram estrangeiros, alienados pela origem ou dos quais, por sanções judiciais ou outras, se retirara a herança social que lhes coubera ao nascer; que a coerção poderia ser usada à vontade; que sua força de trabalho estava à completa disposição de um senhor; [...] Enquanto propriedade, os escravos eram bens móveis; o que significa dizer que eles podiam ser comprados e vendidos. Os escravos pertenciam aos seus senhores que, pelo menos teoricamente, tinham total poder sobre eles. (LOVEJOY, p. 29-30. 2002)

A escravidão no continente africano, utilizaremos como base aqui o Congo quando iniciou contato com os portugueses,

[...] a escravidão seria do tipo doméstico. [...] não havia uma classe escrava no Congo, antes da chegada dos portugueses, mas, sim um grupo servil transitório – gente de origem estrangeira, capturada na guerra ou em razias, criminosos proscritos ou retirados da sociedade, pessoas que tinham perdido a proteção dos seus ou incorrido em fortes dívidas. Eram “escravos”, mas os seus filhos ou netos tinham por destino ser absorvidos na sociedade, ainda que de modo parcial, pois formariam um ramo inferior, de ex-escravos, da linhagem do “antigo dono”. (SILVA, 1998 p. 369).

Portanto, essa escravidão se assimilava muito as características da efetuada nas sociedades da Antiguidade. Outra característica conhecida pelos africanos seria a escravidão efetuada com características islâmicas que também era efetuada no continente.

Os Estados muçulmanos desse período interpretavam a antiga tradição escravista de acordo com a sua nova religião, os escravos eram utilizados nos serviços militar, administrativo e doméstico. Inicialmente os escravos eram prisioneiros capturados nas guerras santas que expandiam o Islã da Arábia pelo norte da África e através da região do golfo Pérsico. A escravidão era justificada com base na religião. A natureza da demanda por escravos revela alguns aspectos importantes do comércio. As mulheres e crianças eram preferidas em maior número do que os homens. Tinham também mais probabilidades de serem incorporadas à sociedade muçulmana. Os meninos, fossem eunucos ou não, eram treinados para o serviço militar ou doméstico, e alguns dos mais promissores eram promovidos. As mulheres

também tornavam-se domésticas e as consideradas mais belas eram colocadas em haréns. (Cf. LOVEJOY, 2002).

O contato português com os africanos, aqui no caso do Congo, fez com que esse conceito de escravidão, fosse alterado, assim como alguns conceitos sociais aos quais estavam relacionados com a escravidão se desestruturaram. Ao iniciarem o contato mercantil baseado em troca pagava-se

“os navios portugueses em marfim, panos de ráfia, peles, cera, mel e cobre [...] Embora, de vez em quando, alguns escravos, procurava reservá-los para os presentes que remetia ao rei de Portugal.” (SILVA, 1998. p. 370).

Primeiros contatos entre congoleses e portugueses

É interessante notar que o contato do europeu branco com o africano negro é revestido por uma áurea mítica, onde surgem menções que o africano acreditava que: o europeu por vir das águas, considerada como divisora do mundo dos vivos e dos mortos (nas tradições religiosas africanas); e pela sua cor branca - cor essa que os mortos encarnavam em seus novos corpos após cruzarem as águas no mundo dos mortos - fossem seres vindos do além, antepassados, entes sobrenaturais, deuses... Devemos ressaltar que tal imaginário com certeza surge para reforçar e legitimar uma supremacia europeia “civilizada” perante o africano “primitivo” e este fato sendo verossímil ou não, o que não podemos deixar de analisar como um fato real e concreto é a desestruturação social, política e econômica, que se dará nas conjecturas

tradicionais dessa sociedade, do reino do Congo, derivada deste contato.

O contato inicial entre portugueses e congoleses se dá em 1483 quando uma embarcação portuguesa ancora em Pinda (Mpinda) na margem sul da embocadura do Zaire. Os portugueses são acolhidos pelo *mani* ou senhor do Sônio (Sonho, Sono, Soio ou Soyo) em contato regido mais pelos gestos, acenos e mímicas do que uma comunicação verbal em si. Os portugueses talvez aconselhados pelo *manisônio* enviam mensageiros com presentes a Banza Congo (Mbanza, Umbanza ou Ambasse Kongo) aonde vivia o grande rei, o manicongo Nzinga a Nkuwa.¹

Deste contato inicial o português, Diogo Cão leva consigo quatro congoleses para que estes fossem “visitar” Portugal prometendo que estes regressariam dentro de algum tempo. Em 1485, estes mesmo voltam vestidos à moda europeia e falando português. E relatam o que viram para o manicongo.

Neste momento teremos o seguinte desenvolvimento de fatos que propiciam o início desta interação entre portugueses e congoleses:

Primeiro, o manicongo anima-se com a ideia de ter os portugueses como aliados devido aos seus arcabuzes, bombardas, bestas; pois assim seu reino se tornaria muito mais forte perante aos reinos vizinhos através de um apoio português e ainda seus súditos relatavam que os mesmos contavam com um deus poderosíssimo.

Segundo, o monarca português D. João II ambicionava compor aliança com um rei poderoso,

¹ Sobre o reino do Congo, Alberto da Costa e Silva, A enxada e a lança: a África antes dos portugueses, 2. ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996, p. 491-8.

o manicongo poderia ser esse monarca, este deveria ser ou poderia vir a ser cristão.

Assim o manicongo entendia que

“por meio da ajuda portuguesa poderia levar a cabo o que hoje chamaríamos de modernização do país, importando novas técnicas, alterando processos produtivos, modificando comportamentos sociais e inserindo o Congo na economia do Atlântico.” (SILVA, 1998. p. 362).

O manicongo embarca nos navios de Diogo Cão uma embaixada repleta de presentes para D. João II, tais como: dentes de elefante, panos de ráfia congolezes, damasco, objetos de marfim; chefiada pelo *quitome manivunda* (Mani Cabunda), pois por ser o sacerdote dos espíritos da terra e das águas, tinha jurisdição sobre o que ficava do outro lado do mar.²

Primeiras influências: Os reis católicos

Quando as caravelas portuguesas retornam comandadas por Rui de Sousa, começamos a ter as primeiras mudanças. O manisônio foi batizado, em uma igreja construída para a ocasião, recebendo o nome de Manuel. Após seguirem para Banza Congo, o manicongo deu ordens para que os portugueses ajudassem a construir uma igreja de pedra e cal aonde ele também viria a ser batizado. Devido a conflitos contra os angicos, e tiquês acabou sendo batizado antes da construção da igreja e passou a chamar-se João, D. João I. Saiu-se vitorioso do conflito utilizando-se de arcabuzeiros e barcos portugueses; e levava consigo uma bandeira de cruzado enviada pelo rei de Portugal e benta pelo papa Inocêncio VIII.

Esta aceitação do cristianismo no Congo, dos manicongos, é tida como uma estratégia de política interna, pois o rei não controlava o culto dos antepassados, nem dos espíritos da terra e das águas no culto da religião tradicional, o que mudaria com a religião católica. Poderia assim, legitimar seu poder independentemente do apoio dos *quitomes* e *gangas* (sacerdotes), dos chefes das *candas* (clãs e linhagens matrilineares).

Houve naturalmente quem rejeitasse o cristianismo e a ele se opusesse. A hostilidade provinha não somente dos sacerdotes e dos devotos das crenças tradicionais, mas também das linhagens matrilineares. [...] Como o manicongo tinha muitas mulheres e pelo casamento se vinculava à maioria das *candas*, o poder tendia a circular entre várias linhagens.

Ora, a religião e os novos costumes trazidos pelas caravelas alteravam isso. Ao opor-se à família polígama e ao exigir que cada converso, fosse rei, nobre ou plebeu, tivesse uma única mulher, o catolicismo quebrava um dos alicerces da harmonia da sociedade e do estado. (SILVA, 1998. p. 379).

O cristianismo foi adequado e reinterpretado de acordo com as crenças locais pelo povo. Alguns aderiram à religiosidade sendo tocados pela fé cristã e outros por conveniência. Nzinga a Nkuwa tornou-se D João I e aceitou o cristianismo devido a necessidade de obter aliança com os portugueses e não por uma aceitação pura dos dogmas cristãos o que fez depois com que ele tenha se afastado da fé católica. O contrário do que se pensa sobre o príncipe Mbemba Nzinga, que tudo indica foi um

² Padre Francisco de Santa Maria, *O Ceo aberto na terra*, Lisboa, 1597, reproduzido em Pe. Antônio Brásio, *Monumenta*

Missionaria Africana: África Ocidental, I. série I, v. I, Lisboa, 1952, p. 91.



Missão capuchinha no reino do Congo, em gravura do século XVII.

fervoroso católico e veio a se tornar o sucessor de D. João I que morreu em 1506.

Mbemba Nzinga utilizou-se do cristianismo, pois era o primogênito, ou seja, o herdeiro natural ao trono dentro do conceito europeu. Mas, no conceito tradicional seria seu irmão Mpanzu a Kitima, o herdeiro natural, que era apoiado pelos adversários do modelo europeu de governo. Mbemba Nzinga venceu e matou seu irmão com auxílio dos portugueses e se tornou D. Afonso I. Era tido além de um católico devoto como um europeizador. Durante todo o seu reinado de 1506 á 1543 procurou “modernizar” o seu país através do contato com os portugueses.

Tráfico de escravos entre congoleses e portugueses

Neste processo de modernização do país o rei redistribuía a riqueza que destinava aos governadores provinciais, que distribuíam aos chefes de distrito, que por sua vez distribuíam para os líderes de aldeias e cabeças de linhagens. Devido a isso se criou entre as elites congolesas o gosto pelos artigos que vinham nas caravelas.

Os portugueses traziam em suas embarcações lã, algodão, seda, rendas, contas de vidro, porcelanas, espadas, pistolas e diversas armas de luxo. Com a ampliação das importações transatlânticas, impossibilitou-se o pagamento com apenas cobre e peles. Os portugueses manifestaram o desejo de receber em escravos, estes viravam meio de conversão da moeda nativa para a portuguesa. (Cf. SILVA, 1998).

A partir deste momento aqueles que comercializavam como os portugueses, utilizaram-se de campanhas militares para resolver conflitos com seus vizinhos, apreendendo grandes números de pessoas para submeterem-nas à escravidão. Ocorriam guerras fúteis, apreensão de vassallos uns dos outros, quem cometesse pequenos delitos também estava sujeito a se tornar escravo. Esta virou a grande mola do comércio entre portugueses e africanos. Portugueses de diversas áreas fossem missionários, leigos ou membros da Coroa transformaram-se também em grandes traficantes de escravos, esses juntamente com negros e mulatos ficaram conhecidos como “pombeiros”.

A ânsia por escravos viciou todo o diálogo entre o Congo e os portugueses. Ao exportar gente, aquele país perdia mão de obra. E cada vez mais, pois, se na terceira década do século XVI, saía pelo porto de Pinda, entre dois mil e três mil escravos por ano, na quarta, o número aumentara para entre quatro mil e cinco mil, e em 1548, atingia os seis ou sete mil. (SILVA, 1998. p. 379).

Os dados sobre esse transporte de escravos no século XVI, ainda é escasso, apenas podemos utilizar informações de casos isolados. Apenas o período referente aos séculos XVIII e XIX são mais concisos, pois contam com largas informações obtidas por Pierre Verger e de Herbert Klein.

A promiscuidade e o horror desse confinamento também têm servido de tema às descrições de cortar o coração do leitor sensível, e é bem verdade que as condições do aprisionamento dos cativos eram horríveis. É preciso, porém, evitar as generalizações, pois o tratamento aos cativos variava de um navio a outro (MATTOSO, 2003 p. 46).

Não podemos obter dados exatos da quantidade de escravos carregados, quantidade de viagens, faixa etária ou sexo dos escravos, mas pelos poucos dados sabemos que em média um pequeno

bercantim português transportava no máximo 200 escravos, uma caravela 500, um navio grande até 700.

Essas viagens em condições normais levavam de trinta e cinco dias, ao Pernambuco, quarenta até a Bahia e cinquenta ao Rio de Janeiro. As taxas de mortalidade dos escravos eram elevadas. Temos como exemplo, em 1569, Frei Tomé e Macedo citando o caso de uma embarcação que transportava 500 cativos. Somente em uma noite morreram 120, ou seja, 24% do carregamento. (Cf. MATTOSO, 2003).

Quando a viagem prolongava-se além do período comum, a mortalidade de escravos aumentava consideravelmente, pois

“O cativo abordo dos negreiros está sujeito a todos os riscos e não tem defesa contra a morte, seu regime alimentar foi mudado bruscamente. Sente falta do exercício físico, mesmo se é obrigado a andar ou dançar no convés durante a viagem; a promiscuidade nos porões é insuportável. Medo e desesperança tomam seu coração. A higiene a bordo é, em regra geral, medíocre.” (MATTOSO, 2003 p. 52)

*Era um sonho dantesco... o tombadilho
Que das luzernas avermelha o brilho.
Em sangue a se banhar.
Tinir de ferros... estalar de açoite...
Legiões de homens negros como a noite,
Horrendos a dançar...*

*Ontem a Serra Leoa,
A guerra, a caça ao leão,
O sono dormido à toa
Sob as tendas d'amplicidão!
Hoje... o porão negro, fundo,
Infecto, apertado, imundo,
Tendo a peste por jaguar...
E o sono sempre cortado
Pelo arranco de um finado,
E o baque de um corpo ao mar...³*

³ Castro Alves – Navio negreiro (trechos)

Considerações Finais

A necessidade de expandir o seu comércio devido à crise econômica oriunda do final da Idade Média fez com que os europeus se lançassem em busca de novos empreendimentos. Ao se depararem com novos territórios, e pela sua população ter sido drasticamente reduzida devido à “peste negra” utilizou-se da mão de obra escrava para poder atender os seus interesses financeiros e expansionistas.

Neste contato dos europeus com novos povos, no caso africano, houve uma desestrutura do padrão social, estabelecido naquelas terras, antes da sua chegada àquele continente. Isto fez com que estruturas escravocratas surgissem para suprir a necessidade europeia de mão de obra escrava.

Essa desestruturação se deu tanto no território africano, com desestruturas sociais, política econômica, financeiras, eclosão de diversos conflitos locais, intensificação de número de escravos. Como também se fez presente nos indivíduos que foram trazidos para o outro lado do

Atlântico, onde tal ruptura se deu no seu interior, na sua condição física e psicológica.

Lucenildo Souza Campos e Maria Gonçalves Campos são Graduandos em licenciatura em História pela UNIESP – Centro Novo. camposlsc@hotmail.com; m_goncalvescampos@yahoo.com.br

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALVES, Castro. Os escravos. 1ª ed. São Paulo: L&PM, 1997.
- COSTA, Wanderley Messias da. O Estado e as políticas territoriais no Brasil. São Paulo: Contexto, 1988.
- LOVEJOY, Paul. A África e a escravidão. In: ____ A escravidão na África: uma história de suas transformações. Trad. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2002
- MATTOSO, Katia M. de Queirós. No Brasil: ser uma mercadoria como as outras. In: ____ Ser escravo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. Geografia Histórica do Brasil: Capitalismo, território e periferia. São Paulo: Annablume, 2009.
- PRADO JR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- SILVA, Alberto da Costa e. No reino de Congo e Angola. In: ____ A Manilha e o Limambo de 1500 a 1700. São Paulo: Nova Fronteira, 1988.

